

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-10-24

CISION®

1. Thomas Cook deve 15 milhões, Correio da Manhã - Correio da Manhã Algarve, 24/10/2019	1
2. Sobe & desce, Correio da Manhã - Correio da Manhã Algarve, 24/10/2019	2
3. Air France vai voar de Paris para Faro já a partir de 2020, Sul Informação Online, 24/10/2019	3
4. Um Algarve para todo o ano, Publituris Hotelaria, 31/10/2019	4
5. Muitas medidas não contribuíram para o bom desempenho do setor, Publituris Hotelaria, 31/10/2019	5
6. Acordos à esquerda limitam aumento do alojamento local em Lisboa, Público, 24/10/2019	7
7. Alojamento local proibido em mais três zonas, Correio da Manhã, 24/10/2019	8
8. Alojamento local. Baixa, Avenida da Liberdade e Almirante Reis com restrições, i, 24/10/2019	9
9. CDS e PCP propõe alterações no alojamento local, Jornal de Notícias, 24/10/2019	10
10. Baixa e avenidas impedidas de ter mais alojamento local, Negócios, 24/10/2019	11
11. No ART&TUR foi debatido que "os cinemas afectam o turismo", OTurismo.PT Online, 24/10/2019	13
12. Custo com pessoal na hotelaria baixou 12% em 10 anos, Diário de Notícias da Madeira, 19/10/2019	14
13. Porto e Gaia: uma insustentável visão política do seu património mundial, Público - Público Porto, 24/10/2019	15

TURISMO



Operador britânico faliu e deixou 15 milhões por pagar a empresas turísticas algarvias, segundo levantamento da AHETA

Thomas Cook deve 15 milhões

PREJUÍZO Falência de operador britânico afeta 32 empresas da região

JOSÉ CARLOS EUSÉBIO

A falência do operador turístico britânico Thomas Cook deixou dívidas de cerca de 15 milhões de euros a empresas algarvias, segundo um levantamento realizado pela Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA).

Elidérico Viegas, presidente da AHETA, explica que estão em causa valores “por serviços já prestados e faturados”. No total, foram afetadas 32 empresas, sendo que algumas delas têm mais do que um empreendimento turístico. Houve empresas que sofreram prejuízos

de quase dois milhões de euros em resultado da falência.

Além disso, o dirigente associativo revela que há a registar “um prejuízo indireto de cerca de três milhões de euros”, ressaltando as reservas que já estavam feitas, através da Thomas Cook, em unidades turísticas da região.

Apesar do forte impacto da falência do operador turístico no Algarve, Elidérico Viegas diz que “não há risco de empresas terem de fechar”. Refira-se que, por ano, as unidades turís-

ticas algarvias faturam mais de 700 milhões de euros.

Entretanto, a AHETA apela à Autoridade Tributária que permita que as empresas lesadas possam abater o IVA sem esperar pela decisão judicial sobre a

falência, que pode demorar algum tempo.

É que, caso contrário,

“não recebem e ainda têm de pagar”, realça Elidérico Viegas.

Em relação à linha de apoio disponibilizada pelo Governo, a AHETA pede que o período de carência e amortização passe de “três para seis anos”.

**AHETA APELA AO FISCO
PARA QUE NÃO SEJA
COBRADO IVA A EMPRESA**



SOBE
ROCHA
PEREIRA
CMDT. CAPITANIA DE FARO



Operação de resgate da embarcação de pesca que naufragou, na semana passada, ao largo da ilha Deserta, foi concluída com sucesso.

DESCE
PETER
FANKHAUSER
PRES. THOMAS COOK



Operador turístico britânico deixou dívida de 15 milhões de euros em 32 empresas ligadas à hotelaria do Algarve após a falência.

Air France vai voar de Paris para Faro já a partir de 2020

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 24/10/2019

Melo: Sul Informação Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=55f14b90>

A companhia aérea Air France anunciou esta quarta-feira, 23 de Outubro, que vai inaugurar uma nova rota Paris-Faro, já a partir de 4 de Abril de 2020.

Estes voos Paris (Charles de Gaulle)-Faro, e vice-versa, vão ser operados aos sábados num Airbus A320, de 174 lugares.

O voo vai partir de França, às 6h50, aterrando em Faro às 8h35.

Em comunicado, a Air France diz que a nova rota vem complementar os voos já operados pela Transavia, companhia low-cost do Grupo Air France-KLM, e que incluem 15 voos semanais para Paris-Orly, três voos semanais para Nantes e dois voos semanais para Lyon .

Os bilhetes, desde 64 euros por trajeto, já podem ser comprados através da aplicação, agências de viagens ou no site da Airfrance.

Sul Informação



• fala-se / SWOT

SWOT (Pontos fortes, pontos fracos. Oportunidade e Ameaças) *

Oportunidade

Um Algarve para todo o ano

O combate à sazonalidade faz-se, em qualquer destino, pela diversificação de produtos. O Algarve, que tem sido conotado como destino de sol e praia e destino de golfe, tem vindo a dar passos como destino de reuniões e incentivos (MI).

Não só pelo trabalho conjunto (hotéis, DMCs, ATA), mas também como consequência da forte procura do país e necessidade de encontrar alternativas a destinos mais maduros neste segmento, como Lisboa ou Costa do Estoril.



RÚBEN PAULA
/ Chief Operating
Officer, JFW Hotels
& Resorts Portugal

Assim, visto por mim, que cá estou há apenas alguns anos, foi uma surpresa, pois descobri que é um destino de ano inteiro, que não se resume ao bom tempo no verão... que tem infraestruturas para organizar eventos ao longo do ano, que permite organizar 'team buildings', tem bom tempo todo ano. É um destino para MI, um segmento de mercado de maior intensidade fora de época de verão, que pode, para além do Golfe, contribuir muito para uma maior redução na sazonalidade. **h**



**Esta é uma rubrica
mensal que conta
com a parceria da
ADHP - Associação
de Directores de Hotel
de Portugal*

Ameaça

Falência da Thomas Cook

Lendo a imprensa não pude deixar de reparar nas palavras do Presidente da Confederação Espanhola de Hotéis e Alojamentos Turísticos: "Há 500 hotéis que vão encerrar de imediato devido à falência da Thomas Cook". E no Algarve? Segundo o Presidente da RTA, "dos 8,8 Milhões de passageiros de movimento no aeroporto de Faro, a Thomas Cook é responsável por apenas 200 mil", cerca de 2%. Isto mostra bem a necessidade de sabermos combater as ameaças e tem sido feito por via da diversificação de canais de distribuição. O Algarve como destino não está dependente de um operador ou dois, tem hoje cerca de 40% de produção TO, 31% OTA e 29% diretos. **h**

*Dados AHETA

Ponto Forte

Destino consolidado de sol e praia e de golfe

O Algarve é um destino consolidado no Sol e Praia e no Golfe, os seus dois principais produtos e pelos quais o destino tem vindo a ganhar consecutivos prémios internacionais. Reconhecido como Europe's Leading Beach Destination 2019, está nomeado para World's Leading Beach Destination pelos World Travel Awards. No Golfe, consagrou-se, mais uma vez, campeão como Best Golf Destination in Continental Europe nos Today's Golfer Travel Awards e terá sido pelo peso do Algarve (não querendo ser tendencioso, mas sendo...), que Portugal se consagrou World's Best Golf Destination 2018 nos World Golf Awards. **h**

Ponto Fraco

Destino visto como tendo pouca oferta para MI

A imagem do Algarve no MI tem de ser trabalhada, para se combater dois mitos: fora de época não há nada aberto - oiço muito a queixa de que tudo fecha no inverno... é verdade que alguns restaurantes e bares fecham, mas continua a haver muitos abertos, continua a haver muito que fazer e onde ir... A acessibilidade aérea do destino é insuficiente para organizar um evento de média ou grande dimensão - certamente que ajudaria ter mais voos diários para Faro do que os três atuais, por exemplo, mas é possível encontrar alternativas e voos de ligação que permitem grupos de MI de média dimensão... **h**



“Muitas medidas não contribuíram para o bom desempenho do setor”

Não podemos afirmar que existiu uma relação directa entre os bons resultados obtidos pelo turismo nacional em geral e pelo turismo do Algarve em particular e as políticas públicas implementadas.

Portugal e o Algarve beneficiaram de um conjunto de circunstâncias conjunturais externas que permitiram às empresas e ao País recuperarem, gradualmente, da grave crise económica internacional de 2008.

Em boa verdade, infelizmente, o nosso turismo sempre andou ao sabor das conjunturas internacionais, não tendo mostrado, até hoje, capacidade efectiva para as influenciar a nosso favor. (...) Contudo, além da reposição do IVA na alimentação e bebidas, que se aplaude, e de algumas acções promocionais pontuais, muitas das medidas tomadas não só não contribuíram para o bom desempenho do sector, como se revelaram bloqueadoras do seu desenvolvimento. Falo, mais concretamente, entre outras, da reposição das Portarias de Extensão e das alterações ao Código do Trabalho, por exemplo, verdadeiros retrocessos na modernização competitiva do nosso País.

A reposição dos feriados é também considerada uma medida positiva, uma vez que veio potenciar as chamadas “pontes” e, por essa via, o aumento da procura interna para o Algarve, especialmente durante a época baixa e média.

As obras no Aeroporto da Portela, tendo em vista maximizar a sua utilização, e o Aeroporto do Montijo constituem, igualmente, medidas positivas desta legislatura(...).

A nível regional, ainda nesta área dos equipamentos e infra-estruturas, não podemos



**ELIDÉRICO
VIEGAS**
/ presidente
AHETA

continuar a ignorar e a adiar, eternamente, a construção do novo Hospital Central do Algarve, Espaço Multiusos / Centro de Congressos, Policlínica Desportiva para Atletas de Alta Competição, Electrificação e Modernização da Linha Férrea Regional e respectivo Material Circulante e, sobretudo, a ligação ferroviária ao aeroporto. Faro é, muito provavelmente, o único aeroporto do mundo que não é servido por comboio.

A requalificação da EN 125, em obras há mais de 10 anos, incluindo as respectivas variantes e acessos, ofende o turismo nacional e a dignidade dos algarvios em particular.

Face à crise climática e às consequentes estiagens prolongadas, importa implementar estratégias de sustentabilidade ambiental, designadamente as que se relacionam com a necessidade de aumentar o armazenamento de águas de superfície(...).

Atendendo à importância estratégica da actividade turística, manda o interesse público nacional que, acima de preconceitos instalados, o golfe turístico e os eventos, por exemplo, deixem de ser taxados à taxa máxima de IVA, esbatendo fraquezas competitivas face à concorrência mais directa.

O contributo do turismo do Algarve para a economia do País, nomeadamente no que se refere à sua capacidade para gerar bens transaccionáveis é, presentemente, um dos factores mais relevantes da economia portuguesa, exigindo políticas de investimento e financiamento apropriadas por parte do Estado. **h**

Texto escrito de acordo com a antiga ortografia



**Colchões
Bases de camas
Estrados
Cabeceiras
Almofadas**

DECOR HOTEL LISBOA
24-26 OUT. 2019
R. Avenida da Liberdade

Mindol®
Stand 2F17
Visite-nos!

PRÉMIO MOBIS VENCEDOR MELHOR MARCA DE COLCHÕES 2019

Mindol® GRUPO
Um novo conceito de descanso

primacy
PREMIUM SLEEP

SEDE | Rua da Cerqueira, 365 | 3730-543 Vale de Cambra |
Tel. 256 410 400 | Fax 256 412 787 | mindol@mindol.pt
www.mindol.pt

01-02 e 67-68 Capa.indd 1



hotelaria
PUBLITURIS
A REVISTA DO GESTOR HOTELEIRO

Ano 14 • Nº 165 • outubro 2019 • Mensal • Preço de Capa: €10 (Portugal)

DOSSIER
DECOR HOTEL

ESPECIAL ELEIÇÕES
O QUE ESPERA O SETOR DA PRÓXIMA LEGISLATURA?

MADEIRA
4,5 MILHÕES DE EUROS
DÃO VIDA AO NOVO CAJU
LE PETIT HOTEL

165

LUÍS VEIGA, ADMINISTRADOR NATURA IMB HOTELS

"A SERRA DA ESTRELA É UM GIGANTE ADORMECIDO"

Luís Veiga revela, em entrevista, os próximos investimentos do grupo. A abertura de duas novas unidades e a remodelação de hotéis do portefólio fazem parte dos próximos passos. O antigo presidente da AHP reflete ainda sobre o interior, o estado do turismo e a hotelaria nacional.

#workmedia



Acordos à esquerda limitam aumento do alojamento local em Lisboa

Habitação

João Pedro Pincha

BE e PCP conseguiram introduzir alterações ao regulamento. Uma vasta zona da cidade estará interdita a novas unidades

A abertura de novas unidades de alojamento local (AL) vai ser proibida na Baixa e nas avenidas da Liberdade, da República e Almirante Reis, em Lisboa.

O Bloco de Esquerda (BE) anunciou ontem que chegou a acordo com o PS sobre este assunto e o PCP também conseguiu introduzir algumas alterações ao novo Regulamento Municipal do Alojamento Local, que hoje vai ser votado. Os socialistas não confirmam os acordos. Já o CDS diz que a proposta do PS contém “normas ilegais”.

O gabinete do vereador bloquista, Manuel Grilo, emitiu um comunicado a explicar que ambos os partidos “estiveram nos últimos dias a negociar uma solução” e que alcançaram “um acordo para que seja aprovada uma proposta que inclua os pontos que o BE propôs”. Entre eles está a proibição de novos alojamentos locais numa grande área que abrange toda a Baixa, parte do Chiado, a Praça da Alegria, o Bairro do Alto do Parque, Picoas, Saldanha, Entrecampos e toda a Almirante Reis.

Na versão original do regulamento, que esteve para ser discutida em câmara na semana passada e acabou por sair da agenda, esta era uma “zona turística homogênea com uso predominantemente terciário” que, por isso, estava “excluída das áreas de contenção”. Não ficaria assim definido um limite ao surgimento de novas unidades, ao contrário do que a câmara definiu há um ano para Bairro Alto, Madragoa, Alfama, Castelo, Mouraria e, mais recentemente, Colina de Santana.

Apesar de o BE dar o acordo como certo, do executivo socialista não veio a mesma resposta. “Não confirmamos”, disse ao PÚBLICO uma fonte do gabinete de Fernando Medina.

O regulamento vai ser discutido hoje na reunião da autarquia, depois de a sua votação ter sido adiada na semana passada por falta de maioria para aprová-lo. CDS, PSD e PCP anunciaram que votariam contra e o BE,

parceiro de governação do PS, também se opunha ao documento.

“As áreas de suspensão do AL que o PS propunha ficariam longe do necessário para Lisboa, a capital com mais AL da Europa. Além disso, a proposta criaria um precedente grave, ao exceptuar qualquer tipo de regulação na zona da Baixa, Almirante Reis, Avenida da República e Avenida da Liberdade – neste momento com 32% de AL –, por considerar que estas zonas se resumem a um uso terciário, ignorando todas as pessoas que lá vivem e sempre viveram”, diz o BE no comunicado.

Também o PCP discordava que essa zona ficasse livre de suspensões e, por isso, apresentou uma proposta de alteração na semana passada que ia no mesmo sentido. Salientando que ainda não conhece a versão final, a vereadora comunista Ana Jara explica que nos últimos dias houve reuniões com o novo vereador do Urbanismo, Ricardo Veludo, e que foi possível chegar a algumas mudanças no regulamento.

Os comunistas conseguiram que fosse alterada uma alínea que previa que a câmara pudesse autorizar, nas zonas de exclusão, a abertura de AL em prédios devolutos que foram reabilitados. A nova versão prevê que essa autorização seja concedida, se o imóvel tiver “usos mistos com projectos sociais ou culturais de desenvolvimento local” ou “rendas a custos controlados”, explica Ana Jara.

Os vereadores do PCP mantêm, ainda assim, reservas. “O regulamento tem um bom preâmbulo, onde se defende que é preciso preservar o stock habitacional e a vida dos bairros.

Se fosse consentâneo com esse preâmbulo, o regulamento seria muito bom”, comenta Ana Jara. A vereadora lamenta que ainda não esteja pronto o estudo sobre a capacidade de carga turística, proposto no ano passado pelo PCP, para se conhecer melhor a realidade. “Até se podia ter redesenhado as zonas turísticas homogêneas. O que lhes subjazem são as conclusões de um estudo sobre o turismo em Lisboa, não há uma perspectiva sobre a economia local.”

CDS quer quartos de fora

O CDS também vai levar a votos uma proposta de alteração ao regulamento, considerando que este tem normas “manifestamente ilegais”, pois “os municípios apenas podem aprovar a existência de áreas de contenção e limitar o registo de novos estabelecimentos de alojamento nessas áreas”. Os centristas, como já tinham feito há um ano, voltam a argumentar que “os quartos em regime de alojamento local não promovem a substituição da população local, a gentrificação e a descaracterização dos bairros” e que esta actividade “ajuda a suprir problemas, como a escassez de residências para estudantes e o isolamento das populações idosas, ao mesmo tempo que favorece o *home sharing* e a economia de partilha”.

“Para milhares de famílias com filhos a estudar em Lisboa, ou trabalhadores que têm de estar na cidade durante períodos médios ou longos, muitas vezes a única solução possível é o arrendamento de quartos”, diz João Gonçalves Pereira, do CDS.

joao.pincha@publico.pt

NUNO FERREIRA SANTOS



A câmara discute hoje o regulamento do Alojamento Local



LISBOA. ACORDO ENTRE PS E BE

Alojamento local proibido em mais três zonas

■ Baixa, avenida da Liberdade e avenida Almirante Reis não vão poder ter novos alojamentos locais, depois de o PS ter aceiteado uma proposta do BE que será hoje votada na Câmara de Lisboa. Até agora, as zonas de contenção absoluta eram o Bairro

Alto, Madragoa, Castelo, Alfama e Mouraria. São consideradas áreas de contenção absoluta as que apresentem "um rácio entre estabelecimentos de alojamento local e número de fogos de habitação permanente superior a 20%". A proposta de alteração ao Regulamento Municipal do Alojamento Local já previa que a proibição se aplicasse também à Colina de Santana. Já a Graça, integra a zona de contenção relativa. ●B.E.



Alojamento local. Baixa, Avenida da Liberdade e Almirante Reis com restrições

Regulamento do Alojamento Local de Lisboa vai ser votado hoje em reunião do executivo camarário.

O Bloco de Esquerda e o Partido Socialista chegaram a acordo para o Regulamento do Alojamento Local de Lisboa que, ao que tudo indica, passará a incluir as zonas da Baixa, Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis nas zonas de contenção, o que assegura a interdição de novas licenças. O anúncio foi feito ontem pelo próprio BE em comunicado, onde explica que os dois partidos "estiveram nos últimos dias a negociar uma solução que faça avançar uma regulação séria e responsável do alojamento local na cidade de Lisboa".

A mesma nota explica que "há um acordo para que seja aprovada" na reunião de câmara que está marcada para hoje.

O objetivo de proteger estas zonas é assegurar "a interdição de novas licenças de alojamento local". "Não podemos aceitar uma megazona excecionada às regras existentes – quando esta já atingiu os 32% de habitação restrita a uso turístico – com o argumento de que deve ser uma zona terciária e quando é visível que nesta zona existem bairros cujo uso é principalmente habitacional", lê-se no comunicado.

Recorde-se que a proposta de Regulamento Municipal do Alo-

jamento Local já tinha sido levada à última reunião do executivo camarário – na passada quinta-feira –, mas acabou por ser adiada.

A aprovação do documento prevê grandes mudanças no que diz respeito ao alojamento local na capital, uma vez que ele obriga, entre outras coisas, os alojamentos locais a medir o ruído e a contratarem um seguro nos casos em que os hóspedes causem danos nas partes comuns do prédio onde se situa o alojamento local. Está ainda previsto o alargamento de cinco para dez anos das autorizações excecionais para as zonas onde ficam proibidos novos alojamentos locais.

Uma das questões que preocupavam o PCP – o facto de zonas como a Baixa, Avenida da Liberdade, Avenida da República e Avenida Almirante Reis serem excluídas da área de contenção – pode agora mudar de figura, depois da votação de hoje.





CDS e PCP propõem alterações no alojamento local

Uns querem quartos
fora e outros novas
áreas de contenção

LISBOA A vereação do CDS-PP e a do PCP, na Câmara Municipal de Lisboa (CML), levam hoje a discussão, na reunião privada do Executivo, sugestões de alterações ao Regulamento Municipal do Alojamento Local (AL).

Para o CDS, as áreas de contenção relativas, que limitam a quantidade de alojamentos locais nas diferentes zonas de Lisboa, devem aplicar-se em “zonas turísticas homogêneas que apresentem um rácio entre estabelecimentos de AL e o número de fogos de habitação igual ou superior a 15%, e não a 10% como consta da proposta do PS”.

O PCP sugere a integração nas áreas de contenção do eixo Baixa/Avenida da Liberdade/Avenida da República/Avenida Almirante Reis e a inclusão dos moradores nas comissões de Acompanhamento a criar para monitorizar a evolução do número de estabelecimentos de alojamento local.

“ILEGAL”, DIZ O CDS

A Câmara de Lisboa pode aprovar áreas de contenção ao AL e impor zonas limites aos estabelecimentos de alojamento local, “um poder exagerado” na opinião do CDS. Os centristas vão mais longe e dizem mesmo que consideram a proposta apresentada pelo PS “ilegal” por violar a lei que confere este poder de regulamentação às autarquias.

Para o CDS, a suspensão da autorização dos novos registos de AL “não deve aplicar-se indiscriminadamente a todas as categorias”.

Os quartos em regime de alojamento local situados em residências privadas, “por não contribuírem para a gentrificação e descaraterização dos bairros de Lisboa”, “não devem ser considerados no novo regulamento”. ● **SOFIA CRISTINO**

ECONOMIA

LISBOA

Baixa e avenidas impedidas de ter mais alojamento local

O Bloco chegou a acordo com o PS na Câmara de Lisboa para integrar a Baixa, a Avenida da Liberdade e a Almirante Reis nas zonas da cidade onde não podem ser abertas novas unidades. Regulamento vai hoje a reunião de câmara.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

As zonas de habitação na Baixa, Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis deverão ser protegidas, assegurando a interdição de novas licenças de alojamento local. A medida consta de um acordo entre o Bloco de Esquerda e o PS na Câmara de Lisboa e surgiu na sequência de negociações entre os dois partidos para a aprovação da proposta de regulamento do alojamento local para a cidade, avançou o Bloco em comunicado.

Na proposta inicialmente apresentada pelo executivo de Fernando Medina considerava-se que estas zonas da cidade têm um "uso predominante terciário", estando, por isso, excluídas das áreas de contenção total. "Não podemos aceitar uma megazona exceção às regras existentes – quando esta já atingiu os 32% de habitação restrita a uso turístico – com o argumento de que deve ser uma zona terciária, e quando é visível que nesta zona existem bairros cujo uso é principalmente habitacional", considera o Bloco.

Desta forma, alarga-se a zona de contenção absoluta, onde inicialmente estavam apenas o Bairro Alto/Madragoa e Castelo/Alfama/Mouraria e que entretanto integrava já também a Colina de Santana, por ter atingido os 23% de habitação afeta ao alojamento local.

Das negociações entre bloquistas e socialistas surgiu ainda a criação de um gabinete de fiscalização do regulamento, uma equipa especializada que possa



Ágata Xavier

Ricardo Veludo, do Urbanismo, negociou um acordo com o Bloco para garantir o seu voto favorável.

responder rapidamente aos munícipes sempre que surjam questões relacionadas com alojamento local, como sejam queixas ou pedidos de informação. Este gabinete deverá substituir a pro-

posta inicial do PS de criar uma comissão de acompanhamento.

Pretende-se que o gabinete "coloque em prática as medidas propostas e que proteja os munícipes, titulares de licenças e hóspedes de problemas de ruído, higiene ou licenciamentos. Estas questões não podem entrar como um processo normal na CML, cujo tempo de resposta inviabilizaria qualquer resolução atempada", escreve o Bloco no seu comunicado.

PCP também defende mais restrições

O novo regulamento do alojamento local esteve agendado para reunião de câmara na semana passada, mas a proposta acabaria por ser retirada, com a direita a dizer que votava contra e o PCP e o Bloco também. A questão da Baixa e avenidas era

uma das mais fraturantes e o PCP apresentou mesmo uma proposta no mesmo sentido do que agora foi negociado com o Bloco de Esquerda. Ana Jara, vereadora comunista, escusa-se no entanto a adiantar, para já, qual será o seu sentido de voto, esperando antes pela proposta na versão definitiva.

O PS, que tem sete vereadores em 16, precisa de pelo menos mais um para fazer passar as suas propostas e tem um acordo de governação do concelho com o Bloco. No caso do alojamento local, divergências desde o início levaram a que tenham sido necessárias negociações com o novo vereador do Urbanismo, Ricardo Veludo, para chegar a um texto comum. O acordo entretanto firmado entre os dois partidos garante que o Bloco viabilizará a proposta socialista.

O regulamento do alojamento local vai ser discutido esta quinta-feira na Câmara de Lisboa.

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 24 de outubro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4106 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Regulador dá tiro de partida para o 5G

Licenças vão ser atribuídas por leilão | **Nos acusa** Anacom de favorecer a Dense Air | **Saiba** como e quando a nova geração será uma realidade



PEDRO MOTA SOARES SECRETÁRIO-GERAL DA APRITEL

“Calendário é curto e coloca dificuldades”

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Retalho

Jerónimo Martins trava novas lojas na Colômbia

Grupo aumentou os lucros, mas vai reduzir investimento este ano.

EMPRESAS 20

Banca

NB absorve banco nas ilhas Caimão para reduzir custos

EMPRESAS 18

Liquidação

À terceira foi de vez: **BES** vende Espírito Santo Bank de Miami

EMPRESAS 19

MARIANA NORTON DOS REIS E **FRANCISCO SANTOS COSTA** SÓCIOS DA CUATRECASAS

“Os investidores institucionais veem Portugal com bons olhos”

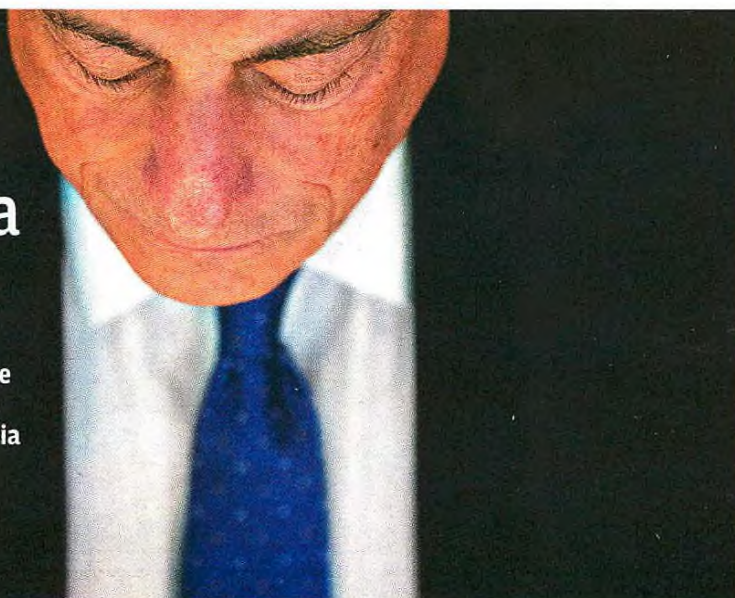


SUPLEMENTO LEX

O lado cinzento da política do BCE

Mario Draghi preside hoje à última reunião do BCE. Nunca a política monetária que liderou enfrentou tantas críticas.

MERCADOS 22 a 24



Jasper Juinen/Bloomberg

Imobiliário

Baixa e avenidas impedidas de ter mais alojamento local

ECONOMIA 10

Portugal é o terceiro país com mais riqueza em offshores na UE

Só Chipre e Malta têm mais património transferido para paraísos fiscais entre 2001 e 2016, em percentagem do PIB. A Grécia surge em quarto lugar.

ECONOMIA 8 e 9

No ART&TUR foi debatido que "os cinemas afectam o turismo"

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	24/10/2019
Melo:	OTurismo.PT Online	Autores:	António Manuel Teixeira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=cca75fdb>

A sessão de abertura, oficial, do ART&TUR contou com a presença de Pedro Machado, Carlos Bernardes e Francisco Dias. O primeiro dia de conc

O primeiro dia de concurso do ART&TUR começou ontem com a presença do Presidente da Turismo do Centro de Portugal, edil torriense e o director do festival.

O destaque deste dia, para além da exibição do filme "40th Anniversary of Madrid Pride", que já noticiamos anteriormente, a conferência internacional intitulada "O Cinema e o Turismo - dois universos que se cruzam nos mesmos territórios".

A conferência contou com a presença de Eugeni Osácar, da Escola de Turismo Hospitalidade e Gastronomia Catalã, que salientou: "todos os grandes destinos do mundo têm a parte turística em filmes ou e-books". O docente frisou que "o importante não é só os lugares que visitam, mas as experiências que têm".

O catedrático da Universidade Lusófona do Porto, Artur Araújo, afirmou que "os cinemas afectam o turismo" e os filmes "são vistos como o mais confiável de informação". No entanto, para o professor de turismo, nem tudo é positivo, uma vez que "podem atrair muitas pessoas, tornando-se demasiado massificado". O docente deu como exemplo a série "Guerra dos Tronos".

Após o filme "A Praia", filmado em Maya Bay - Tailândia, com Leonardo di Caprio, "as entidades não conseguiram lidar com essa massa" turística e tiveram que a "encerrar, para limpar todos os resíduos deixados pelos turistas".

Por sua vez a série "Narcos", acabou por "levar muitos turistas ao país (Colômbia), por causa de Pablo Escobar". Cerca de 54 anos depois de ter sido exibido pela primeira vez no cinema, "Música no Coração", "continua a levar muitas pessoas a visitar Salzburgo" e o filme "Sissi", igualmente à Áustria, mas desta vez a Viena.

Para Artur Araújo é importante "analisar a sustentabilidade do destino, para não virmos a ter problemas no futuro".

António Manuel Teixeira

ECONOMIA

Custo com pessoal na hotelaria baixou 12% em 10 anos

EM 2009, ASCENDIA A 39,4% DOS PROVEITOS E EM 2018 JÁ BAIXARA PARA 27,5%. ATÉ JULHO, JÁ VAI EM 29%

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

O custo com pessoal ao serviço do sector do alojamento turístico (da hotelaria aos outros segmentos) na Madeira aumentou 1% até Julho de 2019, face ao mesmo período do ano passado. Um crescimento de custos acumulado desde Janeiro de quase 689 mil euros quando comparado com igual período. No entanto, há um longo caminho a percorrer para recuperar o volume de remunerações face aos proveitos alcançados nos últimos anos.

Juntos, os hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas, estalagens e pensões (excluindo o alojamento local com menos de 10 camas) na Região Autónoma pagaram entre Janeiro e Julho um total de 67,8 milhões de euros, 10,4 milhões dos quais nesse último mês (+6,3% face a Julho do ano passado).

Num sector que teve proveitos acumulados nestes sete meses de quase 233,8 milhões de euros, registando quebra de 4,4%, o peso do custo com pessoal nas contas destas empresas é de 29%. Há 21 anos

(1999), o peso do custo de pessoal nos proveitos totais ascendia a 34%. Se contarmos apenas sete meses do ano, em 1999, quase um terço ou 32,7% dos proveitos davam para pagar os custos com pessoal. Em 2009, no mesmo período o custo com pessoal representava 38,5% dos proveitos. Ano que terminou com peso de 39,4% do custo do pessoal face aos proveitos.

Em Julho de 2019, as empresas de alojamento turístico tiveram proveitos de 41,7 milhões de euros (-2,5%), sendo que em todos os meses têm registado quebras nos proveitos (Abril com o máximo de -10,8%). Há um ano, com pouco mais de 244,6 milhões de euros de proveitos acumulados até Julho e um custo

com pessoal de mais de 67,1 milhões de euros, o peso das remunerações ascendia a 27,4%. Nos 12 meses, o custo com pessoal ascenderia a 117,5 milhões de euros para um total de 426,7 milhões de euros de proveitos, representando, por isso, 27,5%, pouco alterando face ao que havia custado a mão de obra até Julho.

Refira-se ainda que as últimas contas (estatísticas oficiais da DREM e do INE) apontam para que no final de 2018 o alojamento turístico na Madeira e Porto Santo (incluindo o alojamento local apenas com 10 ou mais camas, excluindo o grosso desse subsector) dava emprego a 7.127 pessoas.

Segundo as definições oficiais, o pessoal ao serviço implica todas as

“pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa, qualquer que tenha sido a duração dessa participação e independentemente do vínculo que tenham. Inclui as pessoas temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação, assim como doença e acidente de trabalho. Inclui também as pessoas com vínculo a outras empresas que trabalhem na empresa sendo por esta directamente remuneradas. Exclui os trabalhadores temporariamente ausentes por um período superior a um mês; com vínculo à empresa mas deslocados para outras empresas, sendo nessas directamente remunerados; a trabalhar

na empresa e cuja remuneração é suportada por outras empresas e ainda trabalhadores independentes (também designados por 'recibos verdes').

Pegando nos números de 2018, tanto do pessoal ao serviço (7.127) como dos custos com pessoal (117,5 milhões de euros), então temos uma média de custo por trabalhador de 16.495,15 euros/ano, o que dá por mês, contando 13.º e 14.º meses, de 1.178,22 euros por pessoal ao serviço. Em 2009, cada trabalhador custou 15.882 euros/ano e 1.134 euros por 14 meses. Uma diferença que se justifica por haver mais 780 trabalhadores ao serviço em 2018 face a 2009. Ainda não há dados disponíveis até Julho de 2019.

PESSOAL AO SERVIÇO, CUSTO E PROVEITOS NO ALOJAMENTO TURÍSTICO NA MADEIRA





Porto e Gaia: uma insustentável visão política do seu património mundial



Opinião Maria Ramalho

A propósito do parecer negativo do Icomos-Portugal sobre o projecto de construção de uma torre de 20 metros encostada à Estação de S. Bento e do balanço que o mesmo fez sobre o impacto de muitas obras ditas de reabilitação na cidade histórica do Porto, Rui Moreira, com a arrogância que o caracteriza, acusa este organismo de desconhecimento ou de ser apenas um clube de amigos que sofre de portofobia. Ora o que este autarca demonstra é uma ignorância profunda sobre o que significa ser representante de uma entidade, neste caso a Câmara Municipal do Porto, que é gestora de um património de valor universal. Para que fique claro, o Icomos é um organismo internacional que reúne 10.500 membros em 151 países, membros esses das mais variadas áreas técnicas relacionadas com a conservação de monumentos e sítios, “sendo apenas, e só”, o consultor técnico da UNESCO quando se trata de avaliar o Património Mundial, auxiliando países em todo o mundo em matérias tão diversas como medidas a tomar em caso de guerra, ou como levar a cabo a reconstrução da Catedral de Notre-Dame de Paris.

Quando, em 1996, Portugal e, por arrasto, a cidade do Porto assumiram o compromisso de acatar as regras inerentes à inclusão deste território – *Cidade do Porto, Ponte de D. Luís e Serra do Pilar* (mais respectiva zona de protecção) – na reduzida lista do Património da Humanidade, estavam a garantir que cumpriam as normas e as restrições incluídas em cartas internacionais e outros documentos produzidos pelo Icomos. Esse comprometimento implica, acima de tudo, que se compreenda que o que se insere em determinado perímetro classificado deste modo deve ser

entendido como tendo valor universal, não sendo por isso apenas um património de determinado país, muito menos sujeito a uma determinada visão política sempre tão transitória.

Se mereceu a atenção da UNESCO e por todos foi celebrado, é porque esse território ou monumento o merecia, sendo agora, para o bem e para o mal, no caso do Porto e de Gaia, o epicentro de todas as atenções, de todos os negócios e de todos os turistas. Assim sendo, não se entende que possa ser tão difícil para os autarcas destas cidades compreenderem que “Património Mundial” não é apenas uma “marca”, um galardão para colocar na lapela, mas que implica grandes responsabilidades perante o mundo, é perceber que sobre todos os projectos que se inventem para esses territórios, torres panorâmicas, marinas, hotéis lacustres, empreendimentos em

Rui Moreira mostra uma ignorância profunda sobre o que é gerir um património de valor universal

antigas caves de vinho, e tantas outras mil iniciativas de promoção turística, não farão do Porto ou de Gaia territórios com maior valor, pois ele já existe e é mundial!

A questão que fica é só uma: querem de facto assumir o património único que têm? “Pois olhe, não parece”, e sinceramente não vão convencer ninguém minimamente informado que aqueles territórios necessitam de ser valorizados dessa forma. São todos os edifícios sem assinatura de arquitecto, é a estação de comboios mais bonita do mundo, são as ruas e os seus jardins, são os comércios locais, as pessoas que lá moram e tantas pequenas coisas autênticas e únicas que dão vida às suas cidades, não necessitando, por isso, de mais visões iluminadas de curtas vistas.

**Arqueólogo, membro
do Icomos-Portugal**